



INFORMATIVO

MAIO | 2020

podemos

CÂMARA

PL DE BRAIDE GARANTE PENSÃO A FAMÍLIAS VULNERÁVEIS VÍTIMAS DO CORONAVÍRUS

Pág. 10

Deputado Federal
Eduardo Braide (MA)

MEDEIROS APRESENTA PROJETO PARA IMPEDIR SIGILO DE GASTOS NA PANDEMIA

Pág. 6

PARA LÉO MORAES, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL É PRIORIDADE ESTRATÉGICA

Pág. 13

ACESSO À INFORMAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL: O PODER NAS MÃOS DE UM POVO QUE ACORDOU

Pág. 18





SUMÁRIO

3 Adiar o Enem por 30 dias é pouco” diz Bacelar

4 Patrícia Ferraz defende propostas e destina doações para o combate ao coronavírus

6 Medeiros apresenta projeto para impedir sigilo de gastos na pandemia

7 Nelto apresenta proposta que aumenta pena aos agentes públicos e privados que cometerem ilícitos contra a administração pública

8 Os bastidores da ADI 5581 e a luta de Diego Garcia para defender a vida

10 PL de Braide garante pensão a famílias vulneráveis vítimas do coronavírus

12 Dr. Sinval Malheiros apresenta projeto de Lei para reduzir pela metade a tarifa de energia elétrica

13 Para Léo Moraes, Inteligência Artificial é prioridade estratégica

14 Para Renata Abreu, troca de ministros desestabiliza a luta contra o coronavírus

16 Ricardo Teobaldo destina recursos para municípios pernambucanos

17 Igor Timo defende projetos para fortalecer o combate à corrupção

18 Acesso à informação, transparência e controle social: o poder nas mãos de um povo que acordou



“ADIAR O ENEM POR 30 DIAS É POUCO” DIZ BACELAR

“QUEREMOS UMA DATA PARA O ENEM QUANDO O ANO LETIVO VOLTAR AO NORMAL. E ISSO SÓ PODERÁ ACONTECER QUANDO A PANDEMIA ACABAR. O ADIAMENTO PROPOSTO PELO MEC NÃO É SUFICIENTE PARA OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO.”

O deputado Bacelar (Podemos/BA) criticou a decisão do ministro da Educação Abraham Weintraub de adiar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) por “30 a 60 dias”. As provas seriam aplicadas em novembro. Para o parlamentar baiano, o tempo sugerido pelo Mec não é suficiente e não atende aos anseios da juventude brasileira. “Esse tempo não é suficiente para os alunos da rede pública. Só queremos uma data para o Enem quando o ano letivo voltar ao normal. E isso só poderá acontecer quando a pandemia acabar” afirmou.

A pressão pelo adiamento do ENEM teve uma escalada. A hashtag #AdiaEnem viralizou, estudantes se mobilizaram e cidadãos e ONGs se posicionaram contra a realização da prova em meio a um período grave do contexto da pandemia de Covid-19. Bacelar acredita ainda que Governo só tomou essa decisão por causa da forte mobilização social e do legislativo. “Se não fosse isso, Weintraub manteria o calendário inicial. Tenho certeza disso. É questão política. Uma falsa sensação de que o problema está resolvido” finalizou.

O parlamentar baiano afirma que é preciso adiar o certame até que o ano letivo volte à normalidade.

Para ele, a medida é essencial para combater as desigualdades educacionais e oferecer oportunidades iguais para o filho do trabalhador. “Enquanto o aluno da escola particular tem boa infraestrutura residencial, como computadores e tablets, rede de internet, espaço para estudo, o aluno da escola pública muitas vezes se vê impedido de estudar dada a falta desses equipamentos tão úteis para o desenvolvimento da educação no século 21. Isso sem contar com o auxílio dos professores” afirmou.

Bacelar propôs ainda inscrição gratuita para todos os estudantes. Atualmente, apenas alunos de baixa renda, que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas ou em instituições particulares na condição de bolsistas, podem se inscrever gratuitamente. A intenção do parlamentar do Podemos é garantir que todos os interessados participem do processo seletivo independentemente de os pais estarem passando por situação financeira grave decorrente da pandemia. “Temos que proteger nossa juventude e oferecer oportunidades iguais para todos. Só assim vamos garantir que mais estudantes participem do certame” disparou.

“ESTÁ SENDO INTENSO O MEU TRABALHO PARA REDUZIR OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DO POVO BRASILEIRO. UM DOS PROJETOS QUE CONSEGUI APROVAR NA CÂMARA A LEI QUE OBRIGA O USO DE MÁSCARA FACIAL, EM DECORRÊNCIA DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA CAUSADO PELO CORONAVÍRUS.”



A vice-líder do Podemos na Câmara, deputada federal Patrícia Ferraz (AP), registrou como autora e coautora mais de 33 projetos de lei que pretendem beneficiar milhares de brasileiros, durante o enfrentamento ao coronavírus. Para a parlamentar, o momento exige o empenho de todos os congressistas e poderes em busca de soluções para a nação que enfrenta a crise sanitária.

“Neste momento, temos que deixar as diferenças políticas e ideológicas de lado. Somos todos brasileiros e precisamos nos unir em prol do que há de mais importante, a vida. Não podemos recuar. Temos que seguir em frente e pelo bem de todos”, reforça a parlamentar.

A parlamentar, coautora da proposta que suspende o pagamento do FIES, comemorou a sanção presidencial sobre a medida.

“Fico satisfeita de saber que centenas de alunos serão beneficiados e que terão tranquilidade suficiente para enfrentar essa grave crise com dignidade e sem ficar pensando em mais um problema com o acúmulo e atraso nos pagamentos. Fizemos no parlamento justiça aos estudantes que um dia podem colaborar com o desenvolvimento do nosso país”, argumenta Patrícia Ferraz.

Outra conquista da deputada foi a aprovação do projeto de lei torna obrigatório o uso de máscara facial, em decorrência do estado de calamidade pública causado pelo coronavírus.

A medida valerá para todo o território nacional e o equipamento de proteção deverá ser utilizado em locais públicos.

As ações de Patrícia não ficaram presas somente aos ambientes de comissões e do plenário do Congresso Nacional. A parlamentar investiu em reuniões com representantes de empresas e conseguiu doações de equipamentos de proteção individual (EPI's). Todo o material foi destinado aos profissionais de saúde que atuam no combate à Covid-19 no estado do Amapá.

“Em uma das arrecadações foram doadas 4,3 toneladas de produtos, entre eles: máscaras N95, máscaras face shield, macacões laváveis e aventais. São produtos que deveriam ser fornecidos pelo governo, mas por se tratar de emergência e serem ofertados foram aceitos e levados para o povo do Amapá que tanto necessita”, explica a deputada.

Outra ação a ser destacada é o pedido de ajuda humanitária feito a Cruz Vermelha. Foram doados medicamentos, equipamentos, alimentos e insumos.

A instituição fez uma visita técnica ao estado do Amapá e já está implantando uma operação para a ajuda humanitária ao estado.

A atuação da parlamentar na comissão Externa de Ações contra o Coronavírus envolveu visita a embaixada da Espanha. No local foi solicitado ajuda do governo Espanhol.

“Solicitei que os equipamentos usados no hospital de campanha em Madri, que está em fase de desmontagem, possam ser levados para os estados do Amapá e Amazonas. Acredito que a população será melhor assegurada e a colaboração entre países é bem-vinda”, afirma a deputada.

Patrícia Ferraz, que é autora de projeto de lei que dobra a pena para o crime de corrupção, reitera o compromisso com a defesa dos interesses dos brasileiros e com a garantia do direito à saúde. A parlamentar lamentou as vidas perdidas para o coronavírus.

“Manifesto meus sentimentos as vidas desses mais de 15 mil brasileiros. Estamos numa guerra, contra um agente invisível. Continuarei fazendo tudo que estiver ao meu alcance. E também atuarei na fiscalização dos recursos e doações destinadas ao enfrentamento da Covid-19. Tudo que for aplicado deve ter destino correto. Temos que estar atentos, pois nossa maior missão é salvar vidas”, avalia a deputada.

PATRÍCIA FERRAZ DEFENDE PROPOSTAS E DESTINA DOAÇÕES PARA O COMBATE AO CORONAVÍRUS



MEDEIROS APRESENTA PROJETO PARA IMPEDIR SIGILO DE GASTOS NA PANDEMIA

“APRESENTEI PROJETO QUE IMPEDE QUE GESTORES PÚBLICOS USEM UM DISPOSITIVO EXISTENTE NA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO QUE PERMITE IMPLANTAR SIGILO EM INVESTIMENTOS EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS.”

Visando dar total transparência em gastos públicos em meio a pandemia, o deputado federal José Medeiros (Podemos) apresentou o PL 2543/2020, nos últimos dias, que impede que gestores públicos de usarem um dispositivo existente na Lei de Acesso à Informação - LAI 12.527/2011 - que permite implantar sigilo em investimentos em situações excepcionais.

O parlamentar lembrou que a maior parte dos gastos, em virtude dos decretos de calamidade, estão sendo procedidos sem licitação e já existem diversos indícios de irregularidades em compras de prefeituras e governos estaduais. “Em nome do combate ao vírus, muitos gastos são feitos com esse instrumento do sigilo, ao arrepio do conhecimento popular”, alerta.

Em seu projeto, o parlamentar lembra que os tais sigilos são justificáveis em atos secretos ou ultrassecretos e que a destinação dos recursos públicos na pandemia não deveriam integrar essa condição, mesmo sendo uma realidade atípica.

“Este projeto de lei é uma medida profilática, isto é, pretendemos criar disposição expressa na LAI que impeça a classificação superveniente daquelas informações como “sigilosas”, expressão aqui usada em sentido genérico, bem como servir de base para que se proíba que estados superfaturem contratações em nome do combate à pandemias.

E o fazemos por entender que a supremacia do interesse público deve ser a tônica no trato das questões atinentes ao combate de pandemias. A transparência ativa e a passiva devem ser máximas nesse caso”, defende.

O deputado federal ressaltou que não se pode aceitar uma nova farra histórica com o dinheiro público no país. “Na Copa de 2014, o país teve prejuízos incalculáveis. Cito como exemplo o que aconteceu em Cuiabá, que sofre até hoje com os resquícios dos escândalos de corrupção. Por isso, este projeto busca fazer com que as coisas possam transcorrer de forma diferente, com mais transparência e eficiência”, finalizou Medeiros.

O deputado federal José Nelto apresentou emenda à Medida Provisória 961/2020. Essa MP autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, bem como faz adequações dos limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), durante o estado de calamidade pública decorrente do novo coronavírus.

A proposta do parlamentar é fazer com que os mesmos agentes públicos e/ou políticos que negociam a compra de equipamentos essencialmente voltadas ao combate ao Covid-19, tenham maior responsabilidade nas negociações, já que a MP atualiza o limite de gastos para as contratações e compras com dispensa de licitação.

“Temos acompanhando no noticiário nacional denúncias e suspeitas de superfaturamentos na compra de respiradores e máscaras. Equipamentos esses que deveriam chegar aos cidadãos para salvar vidas. Os responsáveis, sejam agentes públicos ou políticos, devem ser culpabilizados e responder criminalmente por essas fraudes”.

A Polícia Civil abriu investigações no Mato Grosso, Rio de Janeiro, Roraima, Pará, Santa Catarina e São Paulo para investigar fraudes em cima da aquisição

de respiradores e equipamentos de proteção, como as máscaras. Autoridades e empresários já foram presos. No Rio de Janeiro, segundo o Ministério Público, só um dos contratos pode ter tido superfaturamento de pelo menos R\$ 4,9 milhões.

De acordo com José Nelto, é vergonhoso que empresários, políticos e agentes públicos utilizem da crise para enriquecimento ilícito.

“É preciso que haja o agravamento das penas de quem cometer ilícito contra a Administração Pública, sempre que relacionados a compras e contratações firmadas nos termos desta MP. Nossa emenda pretende dobrar as penalidades previstas na Lei no 8.429, de 2 junho de 1992, e na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993”, explica.

O parlamentar ressalta que esses equipamentos podem salvar a vida de diversos contaminados pelo coronavírus. “Os adoecidos não aguentam mais esperar por esses equipamentos, e quando eles chegam, precisam ser apreendidos devido a negociações fraudulentas e ilícitas”, explica.

Nelto completa dizendo que “vidas estão se perdendo. Os responsáveis por esses crimes precisam pagar por isso. A vida humana não tem preço”.

NELTO APRESENTA PROPOSTA QUE AUMENTA PENA AOS AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS QUE COMETEREM ILÍCITOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

“ACREDITO QUE OS MESMOS AGENTES PÚBLICOS OU POLÍTICOS QUE NEGOCIAM A COMPRA DE EQUIPAMENTOS ESSENCIALMENTE VOLTADAS AO COMBATE AO COVID-19, DEVEM TER MAIOR RESPONSABILIDADE NAS NEGOCIAÇÕES, JÁ QUE FOI AUTORIZADA PELO CONGRESSO A ATUALIZAÇÃO DO LIMITE DE GASTOS PARA AS CONTRATAÇÕES E COMPRAS COM DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DA PANDEMIA.”



OS BASTIDORES DA ADI 5581 E A LUTA DE DIEGO GARCIA PARA DEFENDER A VIDA

No último mês, o Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade perigosa para o país. A ADI 5581 pede, entre outras coisas, a descriminalização do aborto de crianças com microcefalia e outras síndromes decorrentes de contaminação pelo Zika vírus. A Ação foi protocolada no STF pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) em 2016.

Desde que o deputado federal Diego Garcia (Podemos-PR) teve conhecimento da ADI 5581, em 2016, e que ela queria abrir brechas para um aborto eugênico, ele reuniu esforços com outros parlamentares pró-vida do Congresso Nacional para impedir o andamento da proposta. E a primeira ação foi reunir a Frente Parlamentar Católica, a Frente Parlamentar Evangélica, e a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, da qual é atualmente o presidente, com os representantes da ANADEP para pedir a retirada do aborto da petição inicial. Mas mesmo os parlamentares insistindo, eles negaram.

No mesmo ano, Diego Garcia promoveu uma audiência pública na Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados para discutir o tema em questão



“REUNI ESFORÇOS COM OUTROS PARLAMENTARES PRÓ-VIDA DO CONGRESSO NACIONAL PARA IMPEDIR O ANDAMENTO DA PROPOSTA QUE PREVÊ A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO DE CRIANÇAS COM MICROCEFALIA E OUTRAS SÍNDROMES DECORRENTES DE CONTAMINAÇÃO PELO ZIKA VÍRUS.”

com o presidente da ANADEP. No entanto, nenhum representante da Associação compareceu ao debate. “O nosso objetivo sempre foi mostrar que o Poder Legislativo não estava omissa ao tema. Em 2019, realizamos um grande seminário em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e com o Ministério da Cidadania, sobre valorização da família e de defesa ao direito à vida. E nele, debatemos justamente os desafios da mãe e da família de crianças com microcefalia, decorrentes da contaminação da gestante pelo zika vírus. Além disso, nós também apresentamos uma nova proposta legislativa, o PL 1787/2019, para ampliar os direitos de mães, pais e crianças vítimas de microcefalia e sequelas neurológicas decorrentes de doenças transmitidas pelo *Aedes Aegypti*, atendendo a tudo o que pede a ADI 5581, menos o aborto”.

Garcia também destaca que não só o Legislativo estava se manifestando sobre o assunto, mas o Executivo também. “No ano passado, o presidente Jair Bolsonaro editou uma Medida Provisória, a MP

894, que convertia em pensão vitalícia o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que as famílias com crianças com a síndrome congênita do Zika vírus tinham. Uma reparação do Estado às famílias que sofreram com o surto. E eu fui o presidente da Comissão Mista que analisou essa MP. A tramitação foi muito rápida e tivemos a oportunidade de ouvir as famílias dessas crianças, bem como especialistas e autoridades. Vimos que é possível fazer política pública sem sacrificar a vida dos bebês inocentes”, afirmou. No dia 7 de abril, a MP foi sancionada pelo presidente e agora é lei nº 13985/2020.

Com todas essas ações e todos os documentos, o parlamentar deu início a uma série de visitas aos ministros do STF, para mostrar o trabalho que vinha sido desenvolvido pelo Legislativo e Executivo sobre essa temática de família, defesa da vida e proteção da pessoa com deficiência. No dia 1º de maio, os ministros do STF concluíram a votação do julgamento da ADI 5581, onde, por unanimidade, a julgaram prejudicada e deverá ser arquivada. “Foi uma grande vitória”, concluiu Garcia.

“APRESENTEI PROJETOS PARA AUXILIAR UMA CONSIDERÁVEL PARCELA DE BRASILEIROS QUE NÃO TEM CONDIÇÕES DE CONTRIBUIR PARA A PREVIDÊNCIA, VIVE DE TRABALHO INFORMAL OU MESMO ENFRENTA O DESEMPREGO; E QUE, AINDA ASSIM, PRECISA DE ALGUMA FORMA OBTER SUSTENTO PARA SUAS FAMÍLIAS.”



PL DE BRAIDE GARANTE PENSÃO A FAMÍLIAS VULNERÁVEIS VÍTIMAS DO CORONAVÍRUS

O deputado federal Eduardo Braide apresentou, neste mês, o Projeto de Lei 2598/2020, que concede pensão especial aos dependentes de pessoas vulneráveis que faleceram em consequência do coronavírus (Covid-19), durante a pandemia.

“Este PL vem auxiliar uma considerável parcela de brasileiros que não tem condições de contribuir para a previdência, vive de trabalho informal ou mesmo enfrenta o desemprego; e que, ainda assim, precisa de alguma forma obter sustento para suas famílias. Essas pessoas se, por infelicidade, vierem a falecer em consequência do coronavírus (Covid-19), deixarão suas famílias totalmente desamparadas. Por isso, é preciso tentar minimizar as dificuldades na vida dessas famílias”, explicou Braide.

Segundo o PL 2598/2020, terão direito à pensão especial: cidadão brasileiro maior de 16 (dezesesseis) anos de idade; não tenha emprego formal ativo; não seja titular de benefício previdenciário ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado, o Bolsa Família; e que cuja renda familiar mensal per capita seja de até 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

“Estão sendo deliberadas e aprovadas diversas proposições que tratam da proteção da nossa sociedade. Propostas que protegem os trabalhadores como o Auxílio Emergencial. A nossa proposta vem justamente atender aos dependentes das famílias

vulneráveis vítimas do coronavírus”, justificou o deputado.

Ainda de acordo com o PL 2598/2020, para ter direito ao benefício da pensão especial, que será no valor de 1 salário mínimo, serão considerados dependentes: cônjuge ou companheiro (a); filhos menores de 21 (vinte e um) anos de idade ou, de qualquer idade, se pessoa com deficiência física ou intelectual; pais; irmãos menores de 21 (vinte e um) anos de idade ou, de qualquer idade, se pessoa com deficiência física ou intelectual. As despesas para a concessão do benefício virão da programação orçamentária Indenizações e Pensões Especiais de responsabilidade da União.

“O coronavírus não nos traz só números. Todos os dias vemos rostos, histórias e famílias que sofrem com a partida de seus entes queridos. E além dessa dor, as famílias mais vulneráveis vivem a incerteza de como a vida será a partir dali. Essa proposta vem trazer um olhar especial para essas pessoas, que precisam ter o mínimo de dignidade para continuar a vida”, finalizou Braide.



“DEFENDO A REDUÇÃO EM 50% DAS TARIFAS DAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMO FORMA DE AMENIZAR OS IMPACTOS DA PANDEMIA QUE PENALIZAM AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS.”

DR. SINVAL MALHEIROS APRESENTA PROJETO DE LEI PARA REDUZIR PELA METADE A TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA

O médico e deputado federal Dr. Sinval Malheiros (Podemos-SP) apresentou o projeto de Lei 2190/2020 que permite a redução em 50% das tarifas das concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica até 31 de dezembro de 2020.

A medida, segundo o parlamentar, se torna necessária porque muitas famílias perderam renda em razão da pandemia provocada pelo coronavírus.

“A gravidade da situação estabelecida com o Covid-19 fez com que cidadãos ficassem sem recursos necessários para atender suas necessidades vitais básicas e as de sua família com, entre outros, moradia, alimentação, educação, saúde, higiene e serviços públicos essenciais, como a energia elétrica”, explica o parlamentar.

Pela proposta, a redução se dará durante o período da pandemia, que poderá se estender até 31 de dezembro de 2020. As empresas que foram afetadas com a pandemia também poderão aderir ao programa.

Dr. Sinval acredita que a medida será importante para muitas famílias e empresas que perderam economicamente e não estão conseguindo cumprir com o pagamento de suas despesas.

O projeto aguarda despacho do presidente da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia, que determinará em quais comissões temáticas deverá tramitar. Aprovado pela Câmara, a proposta seguirá para análise no Senado Federal e, em seguida, para sanção presidencial.

Com a pandemia do novo coronavírus, a Inteligência Artificial vem proporcionando invenções que contribuem para o combate à Covid-19. O deputado federal Léo Moraes (PODE-RO), líder do Podemos na Câmara, protocolou requerimento para a criação de uma comissão especial para propor o Marco Regulatório de Inteligência Artificial (IA). Além disso, também é de autoria do parlamentar o PL 240/2020, que cria a Lei da Inteligência Artificial.

Com a crescente ameaça do COVID-19, aumentou também o desenvolvimento de novas tecnologias na tentativa de tornar o mundo mais seguro. Recentemente, o Ministério da Saúde disponibilizou um sistema de IA para acompanhamento à distância do estado de saúde da população: o TeleSUS. Através desse mecanismo, tornou-se possível a identificação antecipada de pessoas vulneráveis com sinais e sintomas de infecção por coronavírus.

É neste cenário pandêmico que a IA tem se tornado prioridade estratégica para economias mundiais. O futuro parece promissor, no entanto faz-se necessário garantir segurança jurídica e ética, de maneira que as novas tecnologias contribuam para uma economia mais sustentável e promovam a redução da desigualdade social e regional. Neste sentido, o Projeto do deputado Léo Moraes prioriza o trabalho humano.

Para Léo Moraes, é necessário oferecer segurança para empresas integrem forças de trabalho humano

e digital em um setor. “Precisamos utilizar essas ferramentas de forma democrática e sustentável, protegendo empregos e direcionando pesquisas para o desenvolvimento social”, justifica. De tal maneira, o congressista apresentou o requerimento 434/2020 solicitando a criação de uma Comissão Especial para a elaboração de um Marco Regulatório e estabelecimento de diretrizes.

Para se ter uma ideia da importância desse debate, alguns acontecimentos recentes merecem atenção. Mais de uma semana antes do pronunciamento oficial da Organização Mundial de Saúde (OMS), um sistema de inteligência artificial já havia emitido alerta sobre uma possível disseminação do coronavírus. O algoritmo da BlueDot, uma empresa de tecnologia para a saúde, enviou e-mail a organizações de saúde e companhias aéreas no dia 31 de dezembro, alertando para que evitassem a região de Wuhan, na China.

Com as aulas suspensas, softwares de inteligência artificial estão a contribuir com a disseminação do ensino à distância. Recentemente, um software brasileiro chamado Letrus foi um dos dois vencedores do Prêmio Rei Hamad Bin Isa-Al Khalifa da UNESCO, pelo Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na educação. O Letrus é um programa de IA com retorno automatizado sobre a escrita dos alunos. O objetivo é reduzir o analfabetismo funcional na língua portuguesa.



PARA LÉO MORAES, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL É PRIORIDADE ESTRATÉGICA

“SOLICITEI A CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROPOR O MARCO REGULATÓRIO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA). ALÉM DISSO, TAMBÉM É DE MINHA AUTORIA O PROJETO QUE CRIA A LEI DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.”



PARA RENATA ABREU, TROCA DE MINISTROS DESESTABILIZA A LUTA CONTRA O CORONAVÍRUS

“O ENTRA E SAI DE MINISTROS DESESTABILIZA O PAÍS E AUMENTA A TENSÃO E O MEDO DOS BRASILEIROS NESSA GUERRA CONTRA UM INIMIGO INVISÍVEL, O COVID-19.”

Presidente do Podemos, a deputada federal Renata Abreu (SP) lamenta a saída do ministro da Saúde, Nelson Teich. Em menos de um mês, é o segundo ministro a deixar a pasta em meio à pandemia do coronavírus. “Quanto mais atritos ocorrerem para desviar a atenção do que de fato temos de focar, mais desarmados ficamos diante dessa guerra viral”, diz a deputada.

Para a parlamentar, o entra e sai de ministros desestabiliza o país e aumenta a tensão e o medo dos brasileiros nessa guerra contra um inimigo invisível.

“É o segundo ministro da Saúde a deixar o governo em menos de 30 dias. Estamos enfrentando a mais terrível guerra epidemiológica da história do Brasil. Mais de 14 mil brasileiros já perderam a vida. Assim como o ocorrido com o antecessor Luiz Henrique Mandetta, a saída do ministro Nelson Teich perturba e assusta mais ainda a população, porque evidência que o Brasil está desorganizado e sem foco. Quantos mais terão de morrer até que o governo federal siga, sem desvios, as recomendações da OMS, da ciência e da medicina para vencer a Covid-19 e voltarmos à normalidade?”, questiona Renata.



DESENTENDIMENTOS

Na manhã de hoje (15/05), Nelson Teich anunciou seu desligamento do governo federal. Antes dele, o médico e ex-deputado federal Luiz Henrique Mandetta, por desentendimento com o presidente Jair Bolsonaro, deixou o ministério da Saúde em 16 de abril. No dia seguinte, o oncologista Nelson Teich assumiu como ministro da Saúde. Em seu discurso de posse, ele disse que seu foco era nas pessoas e que conversaria com todos os governos estaduais para elaborar o plano de atuação para conter o avanço do coronavírus no país, que na ocasião já ceifado a vida de 2.372 brasileiros. Hoje, são mais de 14 mil mortos.

Assim como Mandetta, Teich é defensor da ciência e da medicina como armas de combate à Covid-19, seguindo as recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde). Depois tomar conhecimento do quadro de avanço do coronavírus no país, disse que não tomaria qualquer medida intempestiva contra o isolamento social, contrariando Jair Bolsonaro, que defende o isolamento vertical (só para grupos de risco). O ex-ministro também foi surpreendido

ao saber pela imprensa que o presidente aumentara o rol de atividades essenciais sem consultá-lo ou comunicá-lo. E nesta semana, os dois se desentenderam novamente por causa da insistência do presidente em cancelar o uso de cloroquina no protocolo de atendimento do SUS, medicação que não tem comprovação científica de eficácia contra a Covid-19, causada pelo novo coronavírus.

INIMIGO DOMINA

“O coronavírus não espera acalmarem os atritos políticos para contaminar os brasileiros. É um inimigo que domina o espaço e o tempo, e sozinho ninguém será capaz de derrotar. Portanto, chega de trocas! Torço para que o futuro ministro permaneça até o fim dessa guerra viral e coloque em prática de imediato o plano de ação deixado pronto por Teich. E que todo o país, governantes, parlamentares, empresários, entidades e população trabalhem juntos, numa força única para sairmos o mais rápido possível dessa pandemia, e com mais vontade de construir um Brasil melhor”, finaliza a deputada Renata Abreu.

Mesmo com as dificuldades impostas pelo coronavírus, os trabalhos na capital federal seguem intensos, principalmente nos temas relacionados à pandemia. Nesse sentido, o deputado federal Ricardo Teobaldo destinou mais de R\$ 20 milhões em recursos para a área da saúde e do combate ao vírus. Dezenas de municípios serão contemplados com os recursos.

Segundo Teobaldo, essa é uma oportunidade para prestar contas de sua atuação, principalmente durante a pandemia, onde os trabalhos do Congresso estão mais restritos. “Mesmo com o coronavírus nós estamos tratando dos assuntos de interesse do Brasil e de Pernambuco. Só para a saúde e para o combate a covid-19 destinei cerca de R\$20 milhões, para diversas cidades da região da mata norte e agreste, chegando em alguns casos até o sertão”, destacou.

Teobaldo também falou da sua presença constante na região. “Eu nasci em Limoeiro, fui prefeito de lá... Conheço todas as necessidades da região. Esse é um trabalho que faço desde a época que

fui deputado estadual e agora como deputado federal estou ainda mais presente. Nossa atuação parlamentar está presente em um grande corredor, que começa em Paudalho e vai até Jataúba. Só para ter uma ideia, em emendas impositivas e recursos extras, chegaremos ao montante de R\$ 27 milhões só esse ano”, frisou.

Foram contemplados com investimentos os hospitais regionais de Limoeiro e Nazaré da Mata, além dos municípios de Paudalho, Carpina, Lagoa de Itaenga, Glória do Goitá, Lagoa do Carro, Feira Nova, Salgadinho, Passira, Riacho das Almas, Cumaru, João Alfredo, Bom Jardim, Surubim, Santa Maria do Cambucá, Frei Miguelinho, Taquaritinga do Norte, Santa Cruz do Capibaribe, e Jataúba. Também foram alocados recursos para Ipojuca, Camaragibe, Ibirajuba, Itaíba, Tabira e Tuparetama. Através da Codevas foram contemplados os municípios de Ibimirim, Carnaíba, Iguaracy, Solidão, Afogados da Ingazeira, Santa Terezinha, Itapetim e Bonito.

RICARDO TEOBALDO DESTINA RECURSOS PARA MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS

“DESTINEI MAIS DE R\$ 20 MILHÕES EM RECURSOS PARA A ÁREA DA SAÚDE E DO COMBATE AO VÍRUS. DEZENAS DE MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS SERÃO CONTEMPLADOS COM OS RECURSOS”





IGOR TIMO DEFENDE PROJETOS PARA FORTALECER O COMBATE À CORRUPÇÃO

Dois projetos importantes e necessários para o Brasil por fim à corrupção, de autoria do deputado mineiro, Igor Timo, presidente do Podemos/MG, estão na eminência de serem votados no Congresso. O primeiro, o Projeto de Lei 185/2019, torna imprescritíveis os crimes que resultem em prejuízo ao erário. “A aprovação desta pauta é fundamental ao país, que há muito tempo sofre com corruptos, sanguessugas que tiram proveito do poder para saquear os cofres públicos. A corrupção precisa ser punida como crime hediondo”, explicou Igor Timo. Além disso, ele defende a aprovação Projeto de Lei Complementar 6/2019, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para aumentar para vinte anos o prazo de inelegibilidade dos condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por crime contra o patrimônio público. “A maioria dos condenados por esses crimes, retornam à política como se nunca tivessem cometido nenhum mal à população. Isso precisa acabar, o país e o povo brasileiro merecem representantes que prezem pela ética, pela moral e que não vêem a política como um negócio rentável para o enriquecimento ilícito”, finalizou o parlamentar.

“A CORRUPÇÃO
PRECISA
SER PUNIDA
COMO CRIME
HEDIONDO”

ACESSO À INFORMAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL: O PODER NAS MÃOS DE UM POVO QUE ACORDOU

“ A SECRETARIA DA TRANSPARÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS COMPLETOU, NO DIA 15 DE MAIO, SEU PRIMEIRO ANO, DESDE QUE FOI INSTITUÍDA. O ÓRGÃO É RESPONSÁVEL POR SUPERVISIONAR O CUMPRIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO, E TAMBÉM POR PROMOVER E FOMENTAR A CULTURA DA TRANSPARÊNCIA NA CASA E NA SOCIEDADE ”



Informação é poder. A sociedade atual tem a sua disposição uma ampla quantidade de informações, oferecidas por inúmeras fontes e disseminadas, principalmente, pela Internet. O acesso à informação pública, previsto pela Constituição Federal, é um direito fundamental, individual e coletivo, que permite aos indivíduos o pleno exercício da cidadania, um dos pilares do Estado Democrático de Direito.

Em vigor há exatos oito anos, completados no dia 16 de maio, a Lei nº 12.527 regulamenta o direito à informação, garantido pela CF. A Lei de Acesso à Informação (LAI) obriga os órgãos públicos a disponibilizarem dados referentes à administração pública, seja da União, dos Estados ou dos Municípios (além de entidades privadas que prestam serviços para o Estado), instrumentalizando ao cidadão meios efetivos de participação na vida política de seu País.

E, se iniciamos este texto afirmando que informação é poder, ressaltamos que a LAI confere ao cidadão um de seus maiores poderes. À luz da LAI, qualquer pessoa pode, por exemplo, saber o que está sendo feito com os recursos públicos provenientes dos impostos que paga, em todas as esferas administrativas.

O acesso a essas informações se dá por meio dos portais de transparência dos governos municipais, estaduais e federais. No caso da Câmara dos Deputados, acessando os portais da Casa, o cidadão pode verificar informações sobre atividades e funcionamento, frequência de parlamentares, projetos apresentados e outros dados relevantes sobre a atuação de cada deputado.

Embora esse assunto gire muito em torno da questão do uso do dinheiro público, a aplicação da LAI não deve ser considerada apenas uma simples inspeção de contas. A Lei abre a possibilidade de conhecimento aprofundado de todos os mecanismos da Administração Pública e formas de aperfeiçoar procedimentos, em busca da eficiência, da modernização e da economicidade, princípios inerentes e essenciais à gestão pública. Assim, os serviços prestados pelo Estado serão entregues a quem realmente interessa: a população.

A LAI e todos os instrumentos que permitem o controle social sobre a esfera pública ampliam as condições de se controlar a corrupção, uma

de nossas maiores mazelas, e a que mais deve ser sistematicamente e veementemente combatida.

A Secretaria da Transparência da Câmara dos Deputados completou, no dia 15 de maio, seu primeiro ano, desde que foi instituída. O órgão é responsável por supervisionar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, e também por promover e fomentar a cultura da transparência na Casa e na sociedade, realizando programas como o Cidadão que Vê, o Legislativo Transparente e diversos eventos com a temática de integridade, compliance e gestão de riscos, entre outros que promovem uma cultura permanente de prestação de contas no âmbito do serviço público.

Em comparação com outras democracias, o Brasil está atrasado. Em 1766, um religioso finlandês chamado Anders Chydenius, que fazia parte do parlamento do Reino da Suécia, rascunhou a primeira Lei de Acesso à Informação do mundo.

Transparência na aplicação do Fundo Partidário, prestações de contas detalhadas de cartões corporativos, e até mesmo o aprimoramento de mecanismos de colaboração da sociedade na fiscalização do uso do dinheiro público, além de instrumentos eficazes de participação popular nas tomadas de decisão, são questões que devem ser resolvidas, imediatamente.

Os cidadãos estão de olho. O estado de calamidade pública, criado a partir da pandemia da Covid-19, é exemplo disso. A liberação de recursos emergenciais saiu das votações do Congresso, e antes mesmo de chegar às contas de prefeituras e governos estaduais, já havia ganhado espaço entre os assuntos mais discutidos nas redes sociais, por exemplo.

Estamos avançando, mas é importante termos em mente que ainda existe muito a ser feito, e isso, de forma alguma, deve nos desanimar. É bom perceber que estamos caminhando, que temos conhecimento deste poder, e o melhor de tudo: que estamos fazendo uso deste poder. Já demos os primeiros passos. Grandes passos. E não há a menor possibilidade de retrocedermos. O povo acordou, para nunca mais dormir.

Roberto de Lucena - Deputado Federal (PODE/SP), Secretário de Transparência da Câmara dos Deputados; Presidente da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção.

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
deputado federal Léo Moraes (RO)

Presidente Nacional do Podemos: deputada federal Renata Abreu

Chefe de Gabinete: Fábio de Souza Oliveira

Direção Geral: Fernando Vieira

Jornalista Responsável: Alisson Esteves

Revisão Geral: Gabrielle Fernandes

Colaboradores: Danielle Soares, Danilo Oliveira, Flávio Leite, Hevandro Soares, Lola Nicolás, Mariana Torres, Marília Jardim, Izadora Resende, Maura Mosquera, Tábita Marinho, Bruno Borges, Samuel Sudré, Saulo Rolim, Thiago Bastos, Rafaella Panceri, Fabrício Carbonel, Sérgio Lima, Renato Marques, Robert Alves.

Projeto gráfico: IV5 Inteligência em Comunicação e Marketing

JUNTOS
PODEMOS

f /podemos19

www.podemos.org.br

podemos
CÂMARA